



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Dê-se ao art. 290 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 290. Ficam permitidas a apropriação e utilização de créditos de IBS e CBS nas aquisições de bens e serviços pelas agências de turismo, ficando vedado o crédito dos valores que sejam deduzidos da base de cálculo, nos termos do inciso I do art. 289, observado o disposto nos arts. 28 a 37 desta Lei Complementar.”

JUSTIFICAÇÃO

Embora o caput do artigo 290 do PLP nº 68/24 coloque em prática o princípio da não cumulatividade ao permitir a apropriação de créditos de IBS e CBS nas aquisições de bens e serviços pelas agências de viagem e de turismo, em sua redação original, além de se equivocar na distinção entre agências de viagens e de turismo, em descompasso com toda a Seção IV do PLP, permite interpretações ambíguas.

Considerando que natureza das operações das agências de turismo é de mera intermediação das transações entre fornecedor e consumidor final, não sendo elas as responsáveis nem as titulares pela venda dos produtos turísticos, é necessário que se esclareça que apenas se vedará o direito ao crédito do montante repassado para os fornecedores intermediados pela agência de turismo, preservando-se o crédito referente ao real valor da operação de intermediação.

Desse modo, é fundamental aprimorar a redação do artigo 290 para evitar ambiguidades em relação ao creditamento das aquisições de bens e



serviços pelas agências de turismo, garantindo a aplicação do princípio da não cumulatividade em atenção ao disposto nos arts. 28 a 38 do PLP 68/24.

Sala das sessões, de de .

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)



Assinado eletronicamente, por Sen. Veneziano Vital do Rêgo

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4935116848>